

Constituinte pode mudar a política de medicamentos

Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, amanhã, a Ceme — Central de Medicamentos —, pretende abrir um debate, através de sugestões, sobre a necessidade de uma política de medicamentos e de uma legislação específica para o cumprimento de medidas que venham a melhorar as condições da assistência farmacêutica.

A Ceme também quer sugerir a autonomia brasileira no que diz respeito à disponibilidade dos medicamentos essenciais, através de incentivos à nacionalização do setor. Este objetivo já vem sendo buscado através de convênios assinados com empresas nacionais e institutos de pesquisa, visando o desenvolvimento de novas tecnologias farmacêuticas.

Se houver essa definição política proposta pela Ceme, de acordo com sua presidente, Marta Nóbrega Martinez, haverá em 5 anos uma total modificação no sistema de saúde brasileiro, com um crescimento do mercado governamental de medicamentos, acompanhado do crescimento das empresas nacionais do setor farmacêutico.

As duas propostas básicas da Ceme à Constituinte dizem respeito à universalização da assistência farmacêutica e à nacionalização de medicamentos, o que foi, inclusive, objeto de preocupação do escritório de representação comercial norte-americano no Brasil, que, entre outras coisas, no final do ano passado, queria saber detalhes do programa de nacionalização de medicamentos da Ceme.

Quanto a isso, a presidente da Ceme afirma: «Nós não podemos abdicar, de forma alguma, das cooperações internacionais». Ela garante que o programa de nacionalização não exclui a participação de «todo o desenvolvimento externo», apenas vai colocar o Brasil numa posição diferente da que se situa agora: o domínio da produção de matérias-primas e de medicamentos entra no mercado de inovações tecnológicas.

Marta Martinez esclarece que o programa de nacionalização está sendo feito em duas frentes: a fabricação das matérias-primas e a produção de 385 medicamentos essenciais para o tratamento de 85% das doenças no país. O objetivo é atingir uma autonomia, já que 80% da indústria de medica-

mentos no Brasil são dominados pelo capital externo.

A presidente da Ceme preconiza a melhor divisão de mercado entre as empresas nacionais e estrangeiras, através da participação das empresas nacionais no mercado governamental de medicamentos, que representava 35% do mercado total em 86. Isto evitará que medicamentos como a Tetraciclina, Penicilina e Ampicilina deixem de ser fabricados por decisões externas, que não levam em conta os programas internos de saúde no Brasil.

A desativação de várias unidades produtivas de matérias-primas farmacêuticas, a incapacidade de muitas outras de acompanhar o aumento da demanda governamental, e ainda a aquisição de medicamentos por instituições conveniadas do Inamps, são fatos que vão acarretar um acréscimo de 98,7% nas importações de matérias-primas em 1987 em relação a 86.

Deve-se considerar ainda que, em 1987, a parcela do mercado governamental, ligada aos medicamentos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos), apresenta uma perspectiva de crescimento de 48%, graças ao aumento das dotações do Inamps e da Ceme, no âmbito do programa de prioridades sociais do governo. Isso significa que o acesso ao medicamento será estendido, adicionalmente, a 10,6 milhões de brasileiros, e que, em 87, o faturamento global da indústria farmacêutica crescerá, no mínimo, em 120 milhões de dólares. Isto considerando-se apenas o crescimento da parcela do mercado governamental.

Marta Martinez enfatiza que na forma como as empresas estrangeiras estão estruturadas no Brasil elas não dependem do mercado governamental, e sim do setor privado. A relação de medicamentos que a Ceme tem comprado delas ocupa apenas 20% das aquisições governamentais. Além disso, dentro da área de produção de matérias-primas existe uma relação de mais de 300, do total de 385, que não estão sendo fabricadas, e que constituem a fatia de mercado a ser ocupada pela indústria nacional.

Um investimento de 4 milhões de dólares e a participação de 85 pesquisadores, possibilitarão, até o final do ano, uma economia de 50 milhões de

dólares na importação de matérias-primas farmacêuticas pelo Brasil, que é hoje o sexto maior consumidor mundial de produtos farmacêuticos, gastando anualmente 2 bilhões de dólares, informou o engenheiro José Carlos Campana Gerez, diretor de pesquisas e desenvolvimento da Codetec, empresa de economia mista criada pela Universidade de Campinas.

Hoje as importações brasileiras de insumos básicos são da ordem de 50 milhões de dólares e essa economia será possível em função do desenvolvimento de tecnologia nacional na área de química fina que vem sendo realizada pela Codetec, sob a coordenação da Ceme — Central de Medicamentos, do Ministério da Saúde e participação dos Ministérios da Indústria e do Comércio e Ciência e Tecnologia.

Segundo o engenheiro José Carlos Campana Gerez, esse projeto representa a primeira e mais significativa experiência de pesquisa e implementação de tecnologia para a química farmacêutica, desenvolvendo processos para 20 empresas nacionais, das quais algumas já estão produzindo insumos em escala comercial.

Para Gerez, o principal efeito desse programa é a capacitação nacional na área de produção de matérias-primas reduzindo nossas importações e dependência das empresas multinacionais, minimizando a evasão de divisas e contribuindo para balança comercial brasileira. Além disso, com o fomento da produção brasileira de medicamentos, os programas sociais de saúde para atendimento e acesso da população carente serão enormemente beneficiados.

De acordo com informações do engenheiro Gerez, matérias-primas como o acetato de guanabenz, um anti-hipertensivo, o bromoprid, componente utilizado em medicamentos contra náuseas e a talidomida, utilizada no tratamento da lepra, entre outros, já estão sendo produzidos em escala industrial. Outros como o L-dopas, um antiparkinsoniano, o citrato fêrrico, um antianêmico e a acetazolamida, um diurético, estão em vias de ser industrializados. Para Gerez, esse projeto transborda suas finalidades específicas, emprestando sua experiência ao desenvolvimento de tecnologia nacional a outros setores.